

40 Conselho, de aumentar esse número e vou levar isso junto ao governador Pessutti, porque
41 levei por três vezes ao Governador Roberto Requião e não fui contemplado, já que há
42 demanda de participação e o nosso Conselho é muito pequeno pela importância que ele
43 tem. E quase não temos número para fazer Câmaras Técnicas e não temos hoje uma
44 amplitude que o momento impõe e coloca. Precisamos de parceiros em outras áreas, a
45 questão ambiental é dinâmica e não podemos seguir o modelo que está aí há mais de dez
46 anos. Isso é inaceitável. Mas, em virtude da posição do governador, sempre respeitamos,
47 mas que agora, com o Pessutti, numa conversa que tivemos previamente, uma das
48 alterações que vamos fazer, mesmo não estando na condição de Secretário, é essa
49 alteração para ampliar o nosso Conselho, para colocá-lo próximo do Conama - no início eu
50 chamava de Conaminha, que tínhamos que ser um Conaminha, mas não fui acompanhado
51 por este posicionamento. O governador Roberto Requião sempre deu apoio em todo o
52 andamento da política ambiental do estado, dando cobertura aos momentos de dureza, de
53 firmeza, nunca fugiu sequer de um embate dessas questões e em razão desse
54 posicionamento tivemos um avanço muito grande, um primeiro momento de tensão em
55 2003/2004, reuniões imensas do outro lado para combater a política e, agora, recentemente,
56 nunca convergência de mais de 95% em relação a todas as áreas que fizemos. Todas! Vai
57 da avicultura, da piscicultura, da suinocultura, da bovinocultura, aí pega toda a cadeia do
58 sucroalcooleiro, pega toda essa parte do resíduo sólido, onde estamos vendo o quanto isso
59 se avançou de uma forma convergente. Sentando, conversando, construindo a quatro mãos
60 e construindo soluções que hoje inclusive estão sendo acompanhadas por diversos outros
61 estados, diversos outros até países, onde tivemos por diversas oportunidades.

62 Então, é um momento de agradecimento a cada um de vocês pela colaboração que
63 cada um deu neste processo, dizer que me sinto muito leve, muito feliz em ter chegado até
64 este momento, cinco como Presidente do IAP e quatro como Secretário, dá nove, mas teve
65 um ano que acumulei as duas, então foi um ano muito difícil, mas encontrei pessoas que
66 convergiram no sentido de termos serenidade, paciência, mas ainda muitas coisas poderão
67 acontecer e esse compromisso desde já eu assumo.

68 Então, como muito daquilo que vai ser discutido e vai ser dado sequência, não
69 estarei participando na sua execução, até perguntei se o Allan estava por aqui, porque o
70 Allan se não for Secretário de Meio Ambiente será Secretário de Planejamento, portanto, as
71 duas coisas estarão bem próximas, até porque a Secretaria de Meio Ambiente depende
72 muito da Secretaria de Planejamento na execução da política, portanto, será uma pessoa
73 chave no Governo do Pessutti e tem a nossa convivência por mais de sete anos. Então, isso
74 irá facilitar bastante as nossas demandas.

75 Então, deixo aqui um abraço a todos e o Castella continua daqui para frente, num
76 primeiro momento com o João Samek. E dizer que fizemos questão de fazer esta reunião
77 aqui para que a gente sinta que as coisas não estão acontecendo só no nosso quintal, não
78 somos só nós que estamos parando para discutir, a Argentina, o Uruguai, o Peru está aí
79 também discutindo, o Paraguai está discutindo, cultivando água boa aqui, cultivando água

80 boa lá. Então é todo um processo de envolvimento que está acontecendo e paralelo a isso,
81 nesta demanda que fizemos, de um lado exigindo (??) ambiental, do outro lado, cria-se um
82 círculo virtuoso de geração de emprego, de geração de renda, de oportunidade de trabalho,
83 de empresas que estabelecem para fazer georeferenciamento, porque estamos exigindo
84 dentro da reserva legal, de empresas que aparecem para cuidar da emissão atmosférica, de
85 empresas que aparecem para cuidar das estações de tratamento de resíduos líquidos, tem
86 empresa que parece para criar circuito fechado, tem empresa que aparece para contratar
87 tecnólogo, biólogo. Cria, portanto, paralelo a isso, para dar cumprimento, a uma cadeia de
88 virtudes ao lado desse nosso posicionamento. Então, não é a luta pela luta, a luta tem
89 desdobramento que às vezes a gente até desconhece neste processo e que faz uma grande
90 cadeia neste setor muito profícuo no sentido de construir a inserção social, inclusão de
91 renda e meio ambiente preservado.

92 Então, é um momento que me sinto muito satisfeito e peço licença a todos para me
93 retirar e estarei acompanhando isso como técnico, como sempre fiz, e a gente espera rever
94 em breve. E na oportunidade que tiver as reuniões do Conselho, que o Castella me avise,
95 tiver condições de passar e colaborar e me coloco à disposição do próprio Conselho para
96 levar essas demandas junto ao Governador Pessutti, que assume a partir do dia 1º, porque
97 somos amigos e irmão. Ele tem esse entendimento e já me pediu vários posicionamentos
98 nesta área. Estamos pensando em levar agora energia elétrica mais barata para os
99 recicladores. Estamos pensando em vários projetos que até então não tínhamos demanda,
100 vamos voltar a discutir o projeto que é aquele de pagar o agricultor que tem o bioma
101 araucária, que tem araucária, que é em torno de 60 mil hectares. Este decreto está pronto,
102 quem sabe já assinamos ele. Então, isso tudo fará que tenhamos demandas em paralelo e
103 pode ser que agora aconteça.

104 Então, despeço-me coletivamente, muito obrigado pela participação de todos, deste
105 evento e durante todo o período que estivemos juntos e podem ter certeza que poderíamos
106 ter feito mais, mas dentro das limitações fizemos muito e isso tem nos diferenciado lá fora.

107 Muito obrigado, o Castella agora tocará a reunião e vou em frente. Obrigado.

108 Tenho minha primeira agenda como Secretário e a primeira pessoa que atendi foi o
109 Paulo Pimentel e guardei a agenda. Eu fui a única pessoa com quem ele brigou, acabamos
110 ficando inimigos, mas a primeira agenda foi com ele. Não me esqueço, porque está
111 guardado.

112 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Obrigado, Secretário. Pelo
113 Regimento Interno, entendo a situação do Rasca, e não tenho notícias do Allan Jones,
114 teríamos que eleger um Presidente *ad hoc* entre os conselheiros.

115 O Sr. Rasca Rodrigues:- Seria o mais idoso ou o mais novo.

116 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- O Walter Horst Poniewas, da
117 SEIM, se candidata à Presidência *ad hoc*? Obrigado, o Walter se candidatou. Consulto aos
118 Srs. Conselheiros se têm alguma objeção em que o Walter Horst Poniewas, da SEIM,

119 assuma a Presidência desta reunião? Não tendo objeção, peço ao Walter que assuma a
120 Presidência. Obrigado, Walter.

121 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Obrigado, Senhores. Boa tarde a todos,
122 seguindo a pauta, verificação de quorum, Secretário. Ok. Inscrições para a Tribuna Livre,
123 apenas o Rafael, da Gari. Inversão de pauta sugerida?

124 O Sr. João Samek (Instituto das Águas do Paraná):- Peço inversão de pauta para a
125 apresentação do licenciamento do IAP e depois análise por parte dos nossos Conselheiros.

126 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Sugerida inversão de pauta pelo Conselheiro
127 Samek.

128 O Sr. João Samek (Instituto das Águas do Paraná):- E logo na sequência apreciação
129 do referendun, conforme Ata da nona reunião da Câmara Temática de Controle e
130 Qualidade Ambiental aos pareceres emitidos pelo IAP no processo protocolo, sob número
131 7071018-8. Seriam esses dois itens.

132 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Então, a sugestão, iniciando pela
133 apresentação do IAP e apreciação do referendun. Seria essa a inversão. Em votação.
134 (Pausa). APROVADA a inversão.

135 Então, Ivonete, por favor, fique à vontade.

136 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP/DIRAM/DLP):- Vou fazer um apanhado
137 da questão do automonitoramento de fontes poluidoras no Estado do Paraná. Primeiro um
138 apanhando de como fazemos o monitoramento de fontes poluidoras no IAP, como fazemos
139 o monitoramento. Então, basicamente o que fazemos? Como os empreendimentos
140 declaram ou fazem o automonitoramento, tanto de efluentes, resíduos e emissões?

141 Com relação a efluentes líquidos? O automonitoramento é feito através da
142 declaração de cargas poluidoras. Resíduos sólidos é o inventário dos resíduos e emissão
143 atmosférica através do relatório de automonitoramento. Efluentes líquidos, declaração de
144 cargas poluidoras. O fundamento legal seria a Resolução Conama, porque a Resolução
145 Conama é a 357/2005, é aquela que classifica os corpos hídricos tendo os efluentes líquidos
146 que dão os padrões de lançamento e tem um item, o Artigo 46, que define que os
147 empreendimentos com efluentes com potencial poluidor devem apresentar aos órgãos
148 ambientais competentes a declaração de carga poluidora. Aí temos a Portaria IAP 19/2006 e
149 Resolução Cema 70, aquela de atividades industriais, que tem como um dos anexos que
150 seria a apresentação obrigatória hoje, a partir do que foi assinado na Resolução Cema, na
151 renovação da licença de operação é obrigatória a apresentação da declaração de carga
152 poluidora.

153 A Resolução Conama, o que o Artigo 46, em resumo, o que diz? Que deve ser
154 apresentado ao órgão ambiental competente a declaração de carga poluidora, o órgão
155 ambiental deve apresentar critérios de forma de apresentação, inclusive dispensando, se for
156 o caso, para empreendimentos de menor potencial poluidor. Isso desde 2005. Nós, em
157 reuniões no Conama de grupos de trabalho, o Paraná foi um dos primeiros estados que já
158 trabalhou na declaração. Então a maioria dos estados não tem, ainda não institui a

159 declaração de carga. Achemos que isso é um problema em nível de Brasil, porque a
160 declaração de carga justamente foi estabelecida em nível nacional para caracterizar os
161 corpos hídricos para ter uma fotografia de como estarão esses recursos daqui uns anos
162 para se poder fazer o controle de todos esses mananciais. Mas, enfim, estamos tentando
163 fazer isso no Paraná, sabemos que é difícil. Vamos ver pelos dados que temos aqui, o quão
164 difícil está sendo trabalhar com isso também.

165 Aí estabelecemos a Portaria 19/2006, fevereiro de 2006. A Portaria do IAP
166 estabelece critérios para a apresentação da declaração de carga poluidora, de acordo com
167 este Artigo 46 e que criou o sistema de automonitoramento dessas atividades que estão
168 instaladas ou que venha se instalar no Estado do Paraná.

169 O que é a Portaria? Tem as diretrizes, a classificação das atividades, a frequência e
170 prazo da apresentação da declaração e a carga poluidora, como será a carga, que são as
171 cargas que são lançadas nos corpos hídricos do Estado.

172 Aí as diretrizes, o que tem que apresentar, o que cada empreendimento tem que
173 apresentar, caracterização por amostragem - e o que é importante, eles têm que especificar,
174 se apresentará algum padrão que esteja fora do que o IAP estabeleceu no seu
175 licenciamento ambiental. Por exemplo, um parâmetro, DBO - o IAP estabelece 50
176 miligramas por litro que ele pode lançar e numa amostragem que ele fez apresenta lá 100
177 miligramas por litro. Aí ele vai ter que justificar por que apareceu e que medida já tomou
178 para melhorar esse parâmetro. E se essas medidas, em análise posterior, já teve uma
179 melhoria nisso e se essas medidas efetivamente alcançaram o padrão estabelecido. Aí se
180 teve algum problema na estação de tratamento ou alguma coisa assim.

181 Classificação das atividades. Classificamos de acordo com a DBO, classe A, B, C, D
182 ou E; pela vazão do efluente ou pela carga. Então, de 5 a 20m³ seria classe A. O que é essa
183 classe? Ela vai nos dizer a frequência de apresentação da declaração e quais os
184 parâmetros que elas teriam que apresentar. Então, mais seria a frequência de amostragem
185 e a frequência de apresentação da declaração.

186 Aqui, a frequência, então ali as classes A, B, C, D e E. Então, ali vai variar, por
187 exemplo, a classe A a frequência de amostragem seria semestral, já a classe E teria alguns
188 parâmetros quinzenal ou até mensal. Então, é essa a variação, por isso que fizemos essa
189 classificação, para que as empresas possam ter essa noção. Para vocês terem uma idéia,
190 por exemplo, classe E, digamos uma empresa Clabin, uma empresa grande, que tem uma
191 vazão bastante elevada de efluente, uma carga grande cairia na E. Então, tem que fazer
192 obrigatoriamente uma amostragem quinzenal de DQO e mensal de DBO. É mais ou menos
193 isso, e as empresas pequenas fazem semestral e apresenta isso ao IAP.

194 Aqui o prazo para apresentação da declaração de carga. Na classe A só na
195 renovação da licença de operação, a maioria seria uma vez por ano e a de classe D e E
196 seriam duas vezes por ano.

197 Declaração de carga poluidora - Industrial. O que temos feito hoje? Que foi de janeiro
198 de 2005 até fevereiro de 2010 temos a industrial, das indústrias, das atividades industriais.

199 Então, essa primeira fase temos a industrial que já está, já temos o relatório que será
200 publicado agora e deverá ser atualizada constantemente. Em elaboração temos a carga
201 poluidora referente a esgoto sanitário e agora o que será elaborado é relativa às demais
202 atividades. Por que isso? Precisamos de todos esses dados, do que efetivamente, não só a
203 indústria, mas de tudo o que é lançado nos corpos hídricos do Estado. Antigamente até
204 fazíamos levantamento de carga poluidora, acho que o Samek lembra que fazíamos, então
205 tínhamos um retrato do que era lançado nos corpos hídricos do Estado, então tínhamos uma
206 noção de equivalência populacional, o que era comparado, o que era lançado por indústria
207 com o que poderia ser lançado – a gente comparava uma população. Então, precisamos
208 rever isso para fazer o controle do que está sendo lançado por essas atividades.

209 Então, aqui, tivemos alguns problemas com essas empresas, com a declaração que
210 isso tende a melhorar. Esses são mais problemas com relação às diretrizes. Por exemplo, a
211 frequência de amostragem não foi muitas vezes respeitada, faltavam dados de corpo
212 receptor, contato, a tipologia, técnico responsável, então muitas dessas informações
213 faltaram para o nosso levantamento. Então, o que é isso? Precisamos trabalhar mais até
214 com as empresas, com os empresários para que isso seja uma coisa mais séria por parte de
215 algumas empresas que fazem o levantamento. As empresas gastam com amostragem,
216 fazem as análises, mas precisa ser um trabalho mais, digamos, elaborado e atendendo as
217 diretrizes para que se faça até um relatório, alguma coisa que tenhamos e todos possam
218 trabalhar com isso, principalmente o órgão que vai trabalhar com recursos hídricos, para que
219 se possa trabalhar com isso. Inclusive esse trabalho servirá para o órgão, não sei se o
220 Instituto das Águas a questão do ato declaratório que precisaria ser feito também. Então,
221 tudo isso terá que se casar para que se tenha um trabalho mais bem elaborado.

222 Tivemos, com relação à indústria, total de declaração entregues, 210. Das 210, 88 só
223 de indústria, neste período, então foi muito pouco. Em 2008 aumentou um pouco e em 2009
224 vinte e duas indústrias que foram entregues até fevereiro. Então, está aumentando. Agora
225 esperamos que com a Cema 70 esse número aumente um pouco mais. Então, é um número
226 muito pequeno. Com a obrigatoriedade, com a renovação das licenças esperamos que esse
227 número aumente. Então o número maior de declarações foi no município de Curitiba, já pelo
228 número maior de indústrias, São José dos Pinhais e Araucária onde se concentrou, pelo
229 levantamento, o maior número de declarações.

230 Aqui um gráfico, as indústrias que mais entregaram, o maior número foi em 2008 e
231 2009 ainda temos tempo para receber essas declarações. Aqui é quantidade por atividade,
232 tem um gráfico que ele mostra melhor.

233 Esse dez seriam outras atividades, então entram alimentos, porque as outras já têm
234 definido por tipo de atividade. Então, seria frigorífico, cada número desses aqui, pena que
235 vocês não tenham o relatório, depois vai ter isso publicado, daí teria. Então, seriam gráficos,
236 pequenas atividades industriais, gráficas, alimentos. Então, esses teriam o maior número de
237 atividades.

238 Temos por classe de efluentes também. As que entregam mais são aquelas que têm
239 uma vazão maior de efluentes, até por exigência, porque essas empresas sofrem auditoria
240 ambiental constantemente, então elas são obrigadas a atender os requisitos de
241 licenciamento ambiental. Então, algumas que apresentaram os dados DBO e DQO acima
242 dos limites permitidos. Então, temos uma noção do que é, uma noção mais superficial e não
243 aquilo que seria o ideal, mas sabemos que tem problemas. Aqui, por exemplo, dá uma ideia
244 dos corpos receptores. O que temos? Os maiores corpos receptores onde estão as
245 indústrias de papel e celulose, que, como falei, são aquelas que efetivamente apresentam a
246 declaração porque sofrem auditoria ambiental, não só auditoria ambiental, mas também
247 auditoria de processo, auditoria em toda a empresa e precisam ter esses documentos.

248 Aqui também os parâmetros que foram obrigatórios e não apresentam, então todos
249 esses dados que temos no relatório. Aqui também a questão dos parâmetros que não foram
250 apresentados.

251 Conclusão, para que serve a declaração? Para verificar eficiência no sistema de
252 tratamento, ela também serve para cobrir uma deficiência até do órgão ambiental na
253 questão de estrutura, deficiência na fiscalização, nosso corpo de fiscalização é pequeno,
254 então ajuda termos esses relatórios. Outra questão, aqui já é uma pequena participação das
255 empresas, isso que eu coloquei, precisa ser trabalhado melhor isso. Conseguimos introduzir
256 agora a questão da análise toxicológica para melhorar a questão dos padrões, temos o
257 padrão de DQO que conseguimos até hoje aumentar a concentração de DQO, porque
258 tivemos muitos problemas com algumas empresas nesta questão com a introdução do
259 padrão de toxicidade que é um padrão que realmente nos diz mais de como é trabalhar o
260 ecossistema de um corpo receptor. E nos dá o retrato das condições tanto dos corpos
261 hídricos, como estão recebendo esses efluentes, a caracterização dos rios. É um fator até
262 para licenciamento ambiental, é uma das ferramentas para a gestão no licenciamento, a
263 questão da declaração que nos dá. Se tenho as empresas já no corpo hídrico, e isso temos
264 que trabalhar junto com a outorga que é um elemento muito importante para a outorga é
265 essa questão de dizer: "Lanço tanto, ali tem uma outra que lança tanto, então posso
266 implantar mais uma empresa lançando mais essa carga?" Então, este é um fator muito
267 importante, por isso fazemos questão de trabalhar isso e queremos ver se conseguimos
268 implementar e trazer este trabalho, levar a sério isso. A questão de efluentes é isso.

269 Agora, vamos ver rapidinho a questão de resíduos sólidos. Resíduos sólidos seria o
270 inventário estadual de resíduos. A Resolução do Conama 313/2002 e também a Resolução
271 Cema que também é a mesma coisa, o inventário é obrigatório na renovação da licença de
272 operação.

273 Então, aqui é o inventário que temos de resíduos sólidos no Estado do Paraná, é de
274 janeiro de 2004 agora a março de 2009. O inventário já consta no site do IAP e todo ano
275 atualizamos. Então, a obtenção de dados: razão social da empresa, atividade, tipologia, ano
276 do inventário, protocolo e a quantidade de resíduos produzida, tipo de armazenamento e
277 destinação final para cada tipo de resíduo de acordo com o que especifica a Resolução do

278 Conama 313. Foi ela que instituiu o inventário nacional de resíduos.

279 Problemas na obtenção de dados. Muitas vezes falta informação sobre a quantidade
280 de armazenamento, quantidade de resíduos, classificação inadequada, inclusão de dois ou
281 mais códigos de resíduos numa mesma tabela. Essas tabelas, o inventário estadual de
282 resíduos foi feito... de meio ambiente, as tabelas já vêm prontas, isso é em nível nacional,
283 todos os estados fazem e são obrigados a ter para encaminhar e poder fazer o inventário
284 nacional. Então, para ter uma idéia dos resíduos. A idéia deles é até fazer, já era até para
285 ter sido feito aquela bolsa de resíduos, trabalhar com isso em nível nacional, ver onde tem
286 maior número de resíduos, o que pode ser feito. Essa era idéia do Ministério na época. Até
287 agora não se fez, mas a maioria dos Estados está fazendo esse inventário. Então, tem uma
288 classificação, esses códigos de resíduos são nacionais. Inventário cadastrado por ano,
289 temos em 2006, 2005 o maior número de resíduos cadastrados; por escritório regional no
290 Estado, mais uma vez Curitiba tem o maior número de resíduos; quantidade de resíduos
291 gerados por ano, em 2005 tivemos a maior quantidade de resíduos.

292 Resíduos inventariados em forma de gráfico e aqui a classificação. Aí tivemos 29%
293 nesse período, de 2004 até agora 71% dos resíduos inventariados eram não perigosos e 29
294 perigosos. Os principais. Aqui são os códigos, as tabelas que constam dos resíduos: 30%
295 seriam os demais resíduos – resíduos de madeira contendo substância não tóxica, aqui
296 podemos considerar resíduos como vidros, os resíduos que não constam de processos.
297 Seriam resíduos mais simples, não seriam, esses demais resíduos, resíduos de processos.
298 Resíduos perigosos gerados em maior quantidade, tais como: pilhas, baterias, lâmpadas,
299 cartuchos e toner de impressora, solventes contaminados e óleos lubrificantes.

300 Por tipologia. Ali temos as indústrias, esses são os números que constam do
301 inventário das tabelas do próprio Ministério do Meio Ambiente. Então, vemos ali que o tipo
302 de indústria que gera mais resíduo é a fabricação de produtos químicos, como embalagens,
303 resto de produtos. Os maiores geradores e a fabricação temos em forma de gráfico.
304 Resíduos perigosos, constando fabricação como 43%; resíduos não perigosos, madeira. No
305 Estado do Paraná o setor madeireiro é em grande número, vemos ali 45% de resíduos.
306 Pode ser de acordo com o inventário, destinação da própria indústria, reciclagem,
307 destinação externa e sem destinação definida. As destinações para não perigosos:
308 sucateiros, outras formas de utilização, aterro municipal, aterro industrial, sem definição e
309 outros. Destinação com restrição e destinação adequada, por sorte temos uma destinação
310 adequada em maior número. Depois, se vocês quiserem analisar, verificar, temos no site do
311 IAP esses dados.

312 Os números, o que temos todos os anos, o número de inventário e quantidade de
313 resíduos. Inventários cadastrados o que tivemos em 2009, aqui os totais, aqui vem vários
314 gráficos, resíduos não perigosos. Depois, se vocês quiserem, podem analisar os gráficos, lá
315 constam todos os dados senão tomaria muito tempo para explicar todos. Os gráficos que
316 vêm na seqüência pegamos aquelas empresas que apresentaram o inventário por quatro
317 anos ou mais. Algumas apresentaram dois anos, depois não apresentaram mais e daí ficou

318 faltando. Então, para fazer a evolução de resíduos gerados entre 2004 e 2009, pegamos as
319 empresas que apresentaram por quatro anos ou mais.

320 Por atividade. Vocês depois podem olhar, por exemplo, teremos a empresa um -
321 fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Houve uma diminuição em
322 resíduos perigosos, isso aconteceu porque houve alteração de processo o que levou uma
323 diminuição na questão da utilização desse tipo de resíduo. Então, sempre justificamos o que
324 aconteceu, porque está diminuindo. Não perigosos ficou mais ou menos equilibrado,
325 aumentou um pouquinho de 2007 para 2008, pode-se considerar também o que aconteceu
326 no mercado, tem que levar em consideração isso também: "O mercado melhorou naquele
327 setor? Pirou? Como foi o mercado naquele ano?" Então, isso tudo devemos considerar. E
328 daqui para frente será analisado cada tipo, aqui erro do requerente. Metalúrgica Básica
329 houve alguns erros no preenchimento do próprio inventário. Aqui mudou a matéria-prima
330 sucateando a antiga, então houve uma diminuição, alimentos e bebidas também houve
331 alteração na questão dos resíduos. Aqui, manteve-se mais ou menos igual, embora seja
332 essa que mais gera resíduo, mas se manteve sempre o mesmo nível. Aqui não houve
333 diferença naquelas fábricas de móveis, houve uma diminuição na geração de resíduos,
334 alimentos e bebidas tiveram, em 2008, isso aqui em 2007 alguns setores teve essa
335 diminuição, em 2007 não ter quase nada de resíduo e em 2008 tivemos um pico.

336 Então, a conclusão desse levantamento, desse inventário, é a questão da não
337 geração, minimizar, reciclar, tratar e definir numa destinação final adequada. Vimos que a
338 maioria teve um sucateiro intermediário e há necessidade de fazermos o sistema
339 informatizado. Ou seja, o inventário já estamos até trabalhando para fazer a informatização,
340 ou seja, as empresas, assim com a declaração de carga, fazer o preenchimento *on line*
341 desses inventários. E só agora, para a questão de emissões atmosféricas, temos o relatório
342 de automonitoramento. Temos a Resolução Cema 054/2006, que é aquela de emissões,
343 tem que apresentar o relatório, só que como a questão da declaração e inventário de
344 resíduos, a questão das emissões não temos ainda esses dados consolidados. Então, esse
345 ainda vamos ter trabalho consolidado.

346 Então, se precisar temos o inventário no site e a declaração vamos fazer logo a
347 publicação. Qualquer coisa estou à disposição, se precisarem de alguma informação a mais.

348 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Obrigado, engenheira Ivonete, pela
349 apresentação. E antes de abrir a palavra aos Conselheiros, gostaria de pedir que fosse
350 disponibilizada à sua apresentação para constar dos arquivos e da divulgação no site do
351 Conselho Estadual do Meio Ambiente.

352 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Peço a palavra. (Assentimento). Ivonete,
353 não entendi por que não está consolidada? Não está consolidada na metodologia de vocês?

354 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves:- Como fizemos o relatório para efluentes,
355 temos todos os dados consolidados no relatório. Emissões temos desde 2003 as empresas
356 têm entregado todos os relatórios, tem o banco de dados mas ainda não está consolidado
357 assim tirar o relatório, fazer os gráficos, as planilhas, isso não temos ainda.

358 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- O procedimento seria de inserção de dados
359 para emitir o relatório.

360 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves:- Isso, isso não está consolidado, mas os
361 relatórios têm sido entregues.

362 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- E qual a dificuldade para implantar isso,
363 para melhorar isso, para implementar?

364 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves:- Mais pessoal mesmo.

365 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Alguém mais?

366 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Uma pergunta sobre a questão da
367 segunda fase, que é declaração de carga poluidora referente ao esgoto, como está isso?
368 Tem uma perspectiva de quanto tempo teriam essas informações?

369 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP/DIRAM/DLP):- Já temos sim, temos um
370 volume bem grande, a Sanepar tem entregado de grande parte das estações, tem essas
371 declarações, então, acredito que tenhamos acho que em dois meses esse resultado.

372 O Sr. Anibal Rodrigues (SETI):- Ivonete, a respeito as auditorias tive a impressão que
373 o Paraná era um dos estados que prevalecia a lei de auditorias ambientais independentes que
374 certamente, claro, é para ajudar no processo. Não se aplica? Não está em vigor? Não existe
375 a lei? Estou dizendo independentes, remunerados não os serviços pelo agente impactante.
376 Não vigora esta lei no Paraná ou há alguma dificuldade de implantação?

377 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP):- Existe a lei, vigora e é obrigatória. As
378 auditorias devem ser feitas de quatro em quatro anos. Então cobramos das empresas que
379 precisam da declaração, é feita a análise do relatório e muitas vezes é cobrado, no relatório,
380 se o auditor verificou se a empresa realizou as amostragens e apresentou a declaração de
381 carga poluidora. Existe e está em vigor, é aplicada.

382 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Conselheiro Rafael.

383 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Por acaso você tem conhecimento de
384 alguma liminar, alguma coisa que impeça essa auditoria externa, que esteja impedindo
385 dentro do Estado do Paraná por força de decisão judicial? Porque tive conhecimento de uma
386 liminar há um tempo, mas não estou sabendo, estou desatualizado.

387 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP/DIRAM/DLP):- Olha, tinha a liminar da
388 FIEP, talvez a representante da FIEP possa informar alguma coisa, e tinha da Alcopar do
389 setor sucroalcooleiro estavam isento da apresentação, embora, para alguns casos, estamos
390 exigindo a auditoria. Da FIEP não me recordo como ficou a questão.

391 A Sra. Conselheira Marília Tissot (FIEP):- Olha, acho que algum tempo atrás essa
392 liminar foi derrubada, então as empresas estão apresentando regularmente os relatórios de
393 auditoria.

394 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Algum Conselheiro mais?

395 O Sr. Marcelo Limont (Mater Natura):- Você comentou que uma das dificuldades que
396 se tinha em relação à apresentação desses dados pelas empresas era a pequena

397 participação. Tem algum esforço no sentido de motivá-los, enfim, não sei muito bem se é um
398 protocolo que a empresa é obrigada a entregar esse dado.

399 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves:- Agora, com a questão da renovação da
400 licença com a Resolução Cema 070, que estamos exigindo tanto a questão do inventário,
401 que é documento obrigatório para a renovação da licença, e a declaração de carga
402 poluidora. Como a CEMA saiu agora no final de 09, então as renovações que estão sendo
403 solicitadas e precisa do inventário da declaração exigimos. Tanto que não questão do
404 relatório de automonitoramento para emissões, a renovação da licença já era obrigatória a
405 apresentação. Então não renovávamos licença se não tivéssemos o relatório de
406 automonitoramento de emissões. Então nesse caso quando tivemos condições de exigir os
407 dados terão muitos relatórios de emissões. Então, esse terá. Então é a mesma coisa com a
408 declaração de inventário que conseguimos agora na renovação da licença e se não tivermos
409 esses dados não liberamos a licença.

410 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Senhores, mais alguém? Agradecemos a
411 explanação da engenheira Ivonete e damos continuidade à nossa pauta.

412 Segundo item, motivo de inversão, é a apreciação do referendun conforme nona
413 reunião da Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental, aos pareceres emitidos
414 pelo IAP no processo protocolado sob número 7071018-8.

415 Convido o relator da Câmara Temática, Conselheiro Rafael, para proceder a
416 explanação e a leitura da definição da Câmara Temática.

417 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Em deliberação da nossa Câmara de
418 Controle e Qualidade Ambiental chegou o conhecimento de um procedimento solicitando
419 autorização do transporte de resíduo para o Paraná, porém o depósito final não ocorrerá no
420 Paraná. Esse transporte de resíduo tem intenção de ser tratado no Paraná para que
421 posteriormente seja encaminhado ao Estado de Santa Catarina.

422 Então, no dia 19 de março de 2010, às 11h, na sala do Conselho Estadual do Meio
423 Ambiente, onde o Presidente se encontrava e a Ana Cecília Novacki e Ivonete Coelho da
424 Silva Chaves, ambas representando o IAP, esse que vos fala, o Presidente da Câmara
425 Temática de Controle e Qualidade Ambiental, que preside esta reunião, deliberaram sob as
426 seguintes condições: “Após uma breve análise da legislação, entenderam os presentes que
427 a questão dos licenciamentos de grandes empreendimentos como usinas, aterros, sistema
428 de tratamento, dentre outros, devem passar pelo crivo político, social e técnico do Conselho.
429 Para tanto, seria necessário ao menos a alteração das competências do Conselho ou,
430 então, após uma maior discussão, a formatação de uma política ambiental no Estado do
431 Paraná que poderia contemplar toda a reformulações da legislação que estrutura a
432 competência, finalidade e composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente”, que foi
433 ressaltado hoje pelo Secretário, então Presidente desta reunião, Sr. Rasca Rodrigues. Essa
434 reformulação traria mais força para os órgãos ambientais do Estado do Paraná,
435 consolidando o sistema de licenciamento ambiental do Estado do Paraná. Embora pareça
436 que eu fuja do que eu explanei anteriormente, isso foi uma consideração inicial. Retornando

437 ao tema, ainda continuamos deliberando para que pudéssemos, ao final, chegar a este
438 procedimento que vamos referendar ou não pela assembléia plena deste Conselho.

439 No mesmo ato chegamos a uma discussão e deliberamos por mais um
440 posicionamento, uma questão do redirecionamento ao Centro de Apoio das Promotorias de
441 Meio Ambiente, que aqui pedimos o referendado do Conselho para redirecionarmos um
442 ofício, no seguinte sentido: “Pelo redirecionamento de ofício ao Centro de Apoio das
443 Promotorias de Meio Ambiente – CAOPMA, para que seja dado impulso na apuração de
444 eventuais irregularidades na questão do licenciamento de postos de combustíveis”. Foi uma
445 questão que eventualmente foi comentada, mas como sabemos que existe um
446 desencadeamento por parte da Promotora de Meio Ambiente, estamos impulsionando este
447 ofício pedindo a aclamação do Conselho para que seja redirecionado ao Centro de Apoio
448 das Promotorias de Meio Ambiente, para que a gente na Câmara Temática tenha
449 possibilidade de ter material e trazer maiores informações para o Conselho pleno. É essa a
450 justificativa.

451 Terceira deliberação daquele dia. Uma breve discussão sobre a questão dos
452 resíduos, que se direcionou solicitando apuração de eventuais irregularidades na usina
453 de compostagem que mais tarde se transformou em aterro situado em Itaperuçu, sendo
454 empreendedor a Protocol. Essa empresa conseguiu uma licença para fazer uma simples
455 compostagem nesse lugar em Itaperuçu, que é área do Aquífero Karst. Com o passar do
456 tempo essa licença foi renovada, mas se desvirtuou a licença original que era para a
457 compostagem, transformando o lugar num aterro. Como existe uma ação civil pública já
458 desencadeada, após essa reunião fui pesquisar, saber mais a respeito, houve uma liminar,
459 mas a gente desconhece como anda esse processo. Então é mais um redirecionamento que
460 a gente pede que seja feito, para que nós da Câmara Temática tenhamos subsídio para
461 trazer mais informações ao Conselho pleno e tomarmos novas deliberações.

462 Por fim, voltando ao assunto objeto de deliberação, como nos chama aqui também, a
463 Câmara referenda os pareceres emitidos pelo IAP no processo protocolado sob o número
464 7071018-8, interessado Ambi Service Sul - Serviços Ambientais, parecer número 27/2010
465 DIRAM/DLP, redirecionando os dois pareceres à apreciação dessa assembléia plena para
466 que possamos referendar ou não o que foi deliberado pela Câmara Temática de Controle e
467 Qualidade Ambiental.

468 Nada mais, foi encerrada essa reunião, ao 12h20min, do mesmo dia, dia 19 de
469 março.

470 Então, colocamos em questão a deliberação sobre essa situação do parecer.

471 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Em votação a deliberação sobre o parecer.
472 Todos de acordo. (Pausa). APROVADO. Em votação também a emissão do ofício, itens dois
473 e três do motivo da reunião. Em votação. APROVADOS.

474 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só uma questão de Ordem. (Assentimento).
475 Peço que a minuta seja redirecionada pelo meu ofício pessoal para que trabalhemos
476 conjuntamente e possivelmente assinemos junto com a Câmara Temática.

477 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Acatado. A Secretaria Executiva vai
478 providenciar.

479 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Obrigado.

480 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Gostaria de pôr em andamento o item terceiro:
481 “Apresentação e discussão e aprovação das prioridades de trabalhos do Cema para as
482 Câmaras Temáticas de 2010”. Passo a palavra ao Secretário Executivo.

483 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo/Cema):- Vocês receberam a
484 planilha que foi elaborada e discutida pelas Câmaras Temáticas do Conselho. A primeira
485 planilha que foi discutida sobre o assunto, temos a Câmara Temática de Biodiversidade,
486 Bioma e Educação Ambiental em que faz parte a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria
487 de Educação, Mater Natura e agora não me recordo mais. Teve uma reunião em fevereiro
488 onde deliberaram por esses temas que vocês têm na mão. Foram o Paulo Pizzi, a Kátia,
489 João Batista, Roberto Gava e a Bethânia, da Evangélica.

490 Então, temos aqui, como assunto prioritário, pela primeira vez estamos tentando
491 colocar uma pauta para as Câmaras Temáticas trabalharem e não ficarem só na demanda
492 do dia a dia e também para que este Conselho aprove esta pauta, que seria a discussão do
493 próprio Conselho, e aí temos como prioridade 1, isso foi amplamente divulgado para todos
494 os Conselheiros, acho que todos receberam, independente de serem suplentes ou não, foi
495 bem distribuído. O primeiro tema para 2010, vemos como extremamente importante, é a
496 criação da política estadual de educação ambiental, porque até hoje não temos uma política
497 de educação ambiental e é essencial para que façamos o norte dessas ações dentro das
498 Secretarias. Isso foi proposta pela Secretaria de Educação, pela Conselheira Evelyse por
499 meio da Kátia.

500 O segundo tema sugerido por esta Câmara Temática, é a estratégia estadual para
501 conservação de ambientes naturais. É do João Batista que faz a coordenação desta Câmara
502 Temática, e faz essa justificativa sobre a abordagem da fragmentação e o processo de
503 conservação.

504 O terceiro item para essa Câmara Temática está relacionado aos faxinais e tem uma
505 política para a questão da conservação, uso e proteção desses ecossistemas. Foi colocado
506 pelo João Batista e a Vânia já tinha, na outra Câmara Temática, batido em cima da
507 necessidade de discutirmos essa estratégia e processo de reconhecimento.

508 E a quarta é a adequação das ações/programas para a inserção dos mesmos no
509 SISNAMA. Aí é questão da educação ambiental nesse processo. Então dando visibilidade
510 aos programas no Estado do Paraná para que isso aconteça por isso que deixamos no
511 segundo grau de priorização, Kátia, é porque primeiro temos que criar uma política e na
512 política a gente cria os programas, as ações e aí essa adequação. Porque hoje temos as
513 ações, os programas e não temos a política. Então a política e depois fazemos a adequação
514 necessária. Antes de passar para a segunda Câmara gostaria de estar discutindo par a
515 passo de cada proposta dessa por Câmara Temática. Está em aberto a discussão. Com a
516 palavra a Conselheira Simone.

517 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Queria sugerir que dada a importância da
518 criação de uma política estadual de educação ambiental, que fosse criada separada a
519 Câmara Temática de Educação Ambiental, que ela fosse separada da Temática de
520 Biodiversidade. Acho que caberia pensar nisso e ter uma Câmara Temática só para
521 educação ambiental.

522 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Teríamos que seguir o Regimento Interno
523 Conselheira e este item já está previsto para esta Câmara Temática. As Câmaras Temáticas
524 já estão definidas no Regimento Interno e já têm suas áreas de abrangência e atuação.
525 Então seria, no máximo, um grupo de trabalho separado dentro da Câmara Temática, um
526 grupo de trabalho especializado, com técnicos especializados o que poderia ser feito pela
527 própria Câmara Temática essa definição. A participação nos grupos de trabalho é uma
528 questão de organização dentro da Câmara Temática podem ser convidados a participar do
529 processo quantos forem necessários.

530 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Então fica aqui aberto que a representante
531 da Universidade gostaria de participar efetivamente dentro da criação da Política Estadual
532 de Meio Ambiente.

533 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Fica registrado e será comunicado à
534 Presidência dessa Câmara Temática.

535 O Sr. Conselheira Kátia Mara de Jesus (SEED):- Iria mencionar realmente a
536 possibilidade da criação desse grupo de trabalho, inclusive a gente já, na primeira reunião,
537 discutimos dessa necessidade de estarmos convidando outras pessoas, não só
538 conselheiros como pessoas que debatem isso no meio acadêmico dessas questões
539 ambientais para que possamos estar montando essa proposta de resolução de uma Política
540 Estadual de Educação Ambiental.

541 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Fica atendido o pleito da Conselheira Simone
542 pela Presidência da própria Câmara. Conselheiro Paulo.

543 O Sr. Conselheiro Paulo Macedo (FETAEP):- Ano passado estive em Brasília
544 participando junto com o IBAMA exatamente nesse tema aí. Não sei se não seria bom e
545 parece que eles têm recurso exatamente para isso viu. Não sei se é muito, mas acho que
546 seria bom conversar com eles para que agregue esse pessoal do IBAMA nesse tema. Eles
547 têm até alguns livros em cima disso.

548 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Fica acatada a sugestão e solicito à Secretaria
549 Executiva que faça o levantamento cabível. Conselheira Vânia.

550 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Embora eu participe da outra Câmara
551 de Economia e Meio Ambiente, na questão relativa à conservação dos ambientes e aos
552 faxinais gostaria de participar porque as duas têm muita afinidade e até acho que a
553 sugestão seria, realmente, haver uma subdivisão com relação a biomas e biodiversidade e
554 educação ambiental dentro dessa Câmara. Com um grupo de trabalho distinto. Coloco meu
555 nome à disposição para trabalhar nesses termos também.

556 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- A Mesa entende que seria o mesmo
557 procedimento na abertura de grupos de trabalho específicos e daí fica acatada sua sugestão
558 e também será transmitida à Câmara Temática. Com a palavra o Marcelo.

559 O Sr. Conselheiro Marcelo Limont (Mater Natura):- Em relação à questão da
560 educação ambiental me coloco – tanto a instituição quanto eu mesmo para ajudar nesse
561 processo de trabalho do próprio grupo de trabalho. E até mesmo porque é importante
562 resgatarmos algumas coisas que foram feitas em relação à educação ambiental no Estado.
563 Em 2006, finalzinho de 2006 início de 2007, teve um esforço muito grande para a
564 construção da CIEA. Tem até um processo protocolado junto ao governo, enfim, para a
565 criação dessa Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Na época desse trabalho
566 houve o esforço, também, de levantar subsídios para justamente construir a Política
567 Estadual de Educação Ambiental. Então é um esforço que já tem histórico e me coloco à
568 disposição para ajudar nesse sentido. Aproveitando e acho que isso também vale para as
569 outras Câmaras não sei se está previsto além da priorização, alguma proposta de data ou
570 se cada Câmara Técnica tem o seu cronograma de reunião, ou ela mesma estabelece.

571 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Tem um contexto regimental que a própria
572 Secretaria Executiva tem a função de administrar. Então à medida que estão sendo
573 aprovadas as Câmaras já propuseram e vai entrar no processo regimental normal agora de
574 prazos. Alguém mais? Então gostaria de colocar em votação os itens lidos pelo Secretário
575 Executivo: a criação da Política Estadual de Educação Ambiental, a Estratégia Estadual
576 para a Conservação de Ambientes Naturais – os faxinais e Adequação das
577 Ações/Programas para inserção dos mesmos no (SISNAMA). Aprovado? APROVADO.
578 Secretário, por favor, continue.

579 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Da Câmara Temática –
580 Economia e Meio Ambiente. Nessa Câmara estavam presentes no dia 09 de fevereiro o
581 Adriano (SEAB), o Juarez do IAP representando a Márcia do IAP, a Vânia fazendo parte, a
582 Rosita da Secretaria de Planejamento e a Carla Beck da FAEP. Tinha os temas que foram
583 deliberados por essa Câmara Temática: a revisão da sistemática do funcionamento do ICMS
584 Ecológico proposto pela própria Câmara Temática para a inclusão da questão das planilhas
585 aí com vistas às questões sociais dos Municípios, dessa aplicação desses recursos visando
586 estimular aí os Municípios a criarem sua própria legislação ambiental. Então é um olhar
587 diferente para uma tábua nova para avaliação do ICMS Ecológico. Valorizando as ações
588 ambientais dos municípios. Essa foi a justificativa da Câmara Temática. Isso foi por um
589 Ofício do João Batista Campos da SEMA – Coordenador de Biodiversidade e Floresta,
590 sobre pagamento por serviços ambientais. É um tema que está sendo discutido amplamente
591 no Governo Federal e agora, então, posto ao Governo Estadual. Acho que a Câmara
592 Temática também deliberou pela manutenção desse item para essa discussão. Um outro
593 item é o Sistema de Agrofloresta proposto pela FETRAF/SUL em que a gente precisa de um
594 sistema organizado para a agricultura familiar. Esses são os três temas para essa Câmara
595 Temática.

596 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Alguma consideração senhores? Então coloco
597 em votação os três itens da Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. Com a
598 palavra o Conselheiro Rafael.

599 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Gostaria só de sugerir em complemento a
600 esses três itens, o item que é recorrente e que está sendo constantemente chamado a
601 atenção das reuniões anteriores, que é a questão da regulamentação do Fundo Estadual do
602 Meio Ambiente. Acho que seria interessante da gente começar a pensar. Até eu na condição
603 de suplente me coloco à disposição para fazer uma minuta de resolução mais ou menos nos
604 moldes como funcionou a Câmara Temática, o grupo de trabalho anterior que a gente
605 regulamentou a questão do co-processamento aqui no Paraná. Apresentar uma minuta,
606 esse grupo discutir, acrescentar e trazer para Plenário. Tenho já algo bem avançado em
607 relação a isso, me coloco ao dispor para, via resolução, já ter alguma definição em relação a
608 isso. Para que possamos avançar isso num futuro próximo, pelo menos tendo
609 regulamentado via resolução do Conselho. Só lembrando: a prioridade desse grupo de
610 trabalho ou desse desencadeamento, eu colocaria como prioridade um, não sei se todos
611 concordam.

612 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- A Mesa coloca em votação a sugestão do
613 Conselheiro Rafael de inclusão deste item nesta pauta – APROVADA a sugestão.
614 Colocamos em votação, também, a elaboração do trabalho proposto pelo Conselheiro
615 Rafael. Colocarei em votação a definição do trabalho em que se traga uma proposta para
616 que seja trabalhada em cima e que seja considerada prioridade um: todos concordam?
617 APROVADO.

618 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Da Câmara Temática Controle
619 e Qualidade Ambiental. Também foi realizada a reunião no dia 25 e depois no dia 9 de
620 março. Nesse grupo de trabalho está a Indústria e Comércio, está Rafael do GARI, o Rui
621 Muller do Instituto das Águas e a FIEP representada pelo Gava. Nessa Câmara Temática de
622 Controle e Qualidade Ambiental de todos aqueles itens que vocês receberam o grupo
623 resolveu priorizar, a Câmara Temática, o saneamento ambiental na Bacia Hidrográfica do
624 Alto Iguaçu pela importância que vem sendo tomada e pelas outras tantas convergências aí
625 de ações que vêm sendo colocadas para o Alto Iguaçu e a necessidade de se ter essa
626 avaliação, avaliar a eficácia dos tratamentos de efluente e emissões de resíduos, bem como
627 suas convergências. E a priorização é um, esse é o tema principal dessa Câmara Temática.

628 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Alguma manifestação, com a palavra a
629 Conselheira Simone.

630 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- É importante realmente o tema e gostaria
631 de acrescentar devido ao grande problema da balneabilidade do nosso Litoral, que se
632 estenda também para a Bacia Litorânea esse saneamento ambiental. E que a Universidade
633 também gostaria de fazer parte do grupo de trabalho.

634 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Alguma manifestação mais senhores?

635 O Sr. Conselheiro Marcelo Limont (Mater Natura):- Creio que surgiu ali a questão de
636 priorizar o saneamento na Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, não por acaso, né, e Litorânea
637 também. Mas, enfim, acredito que seria interessante de colocar isso como uma prioridade
638 para as bacias hidrográficas do Estado todo. Aí é claro, tendo as pernas do Conselho, enfim,
639 talvez sugerir assim no sentido de vislumbrar um trabalho com as bacias do Estado todo.
640 Mas, iniciando pela Bacia do Alto Iguaçu, depois Litorânea. Elencar algumas prioridades
641 para que na medida em que for o Conselho desenrolando essa ação, ele possa tomar isso
642 num contexto de Estado.

643 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Acho que até poderíamos buscar uma
644 metodologia que ao chegar com essa metodologia poderemos aplicar no Estado inteiro. Ter
645 uma metodologia de levantamento e com certeza poderia ser aplicada no Estado inteiro.

646 A Sra. Conselheira Kátia Mara de Jesus (SEED):- Acho bastante importante essa
647 nossa preocupação com as questões hidrográficas. Porém podemos estar agregando,
648 trazendo outros programas que já vêm acontecendo no Estado como o PGAIM – que é o
649 Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias, que tem microbacias prioritárias
650 e que já vem desenvolvendo ações para minimizar essas questões. Para que a gente não
651 fique, cada grupo fazendo algo, para que a gente some esforços para realmente
652 conseguirmos atingir os objetivos. Então, a sugestão é que a gente até convide, amanhã vai
653 ter uma pessoa aqui que vai apresentar o PGAIM e que no futuro se convide alguém para vir
654 fazer parte do grupo para estar trazendo já algo que já vem sendo discutido e vem sendo
655 realizado nesse programa de governo.

656 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Alguém mais? Conselheiro Rafael – GARI.

657 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Bem pertinente todas as ponderações,
658 inclusive a do Marcelo, que não é porque defendo um grupo que se chama Grupo
659 Ambientalista do Rio Iguaçu que vou me esquecer dos outros rios do Paraná. Jamais! Não é
660 isso. E também porque a questão do Alto do Rio Iguaçu a gente viu na apresentação da
661 Ivonete é o lugar onde condensa maior quantidade de emissão de resíduos. Quer dizer, tudo
662 que está acontecendo e que impacta sobremaneira o solo paranaense, está acontecendo na
663 Bacia do Alto do Rio Iguaçu. E a ideia do nosso grupo de trabalho é priorizar ela para que a
664 gente tenha justamente um método que possa replicar ao longo de todas as bacias. Porque
665 não adianta querer ficar discutindo saneamento ambiental onde? Em que bacia? Vamos
666 começar pegar um lugar, vamos focar a ideia da Kátia é muito boa de trazer o PGAIM para
667 dentro, também, a da Simone também para começarmos a nos reunir e traçar um método.
668 Porque não adianta só discutirmos e não chegarmos a nenhuma conclusão. Então focamos
669 num lugar específico para partirmos desse lugar, mas, jamais esquecendo das outras
670 bacias. A ideia foi essa do grupo: termos um foco e ter uma objetividade numa proposta.
671 Porque a partir delas podemos partir para as outras.

672 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Consulto os Conselheiros: Simone, Marcelo e
673 Kátia. Com a palavra a Conselheira Kátia.

674 A Sra. Conselheira Kátia Mara De Jesus (SEED):- Inclusive o grupo pode ou o
675 Conselho pode estar agregando ao Programa de Gestão Integrada em Microbacias mais
676 uma bacia prioritária. Hoje temos 26 microbacias prioritárias no Programa e elas foram
677 colocadas por diversas instituições, como Copel, Sanepar, Emater. São microbacias
678 prioritárias para essas instituições. O Conselho entendendo necessário, acredito que nós
679 também podemos entrar em contato com o próprio programa, com o secretariado do
680 Programa e apontar uma ou outra microbacia prioritária para o Conselho, para que esse
681 trabalho seja desenvolvido. Porque as instituições estão somando esforços indo até esses
682 locais, fazendo cursos de capacitação, de educação ambiental, fazendo levantamento de
683 diagnósticos. Então vem sendo feito esse trabalho no Programa com essas instituições. E o
684 Conselho entendendo de que o Conselho deve, então, junto ao secretariado indicar uma ou
685 outra microbacia para que se torne prioritária, também poderia ser feito desta forma.

686 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Acatado. Gostaria antes de colocar em
687 votação, consultar os Conselheiros Simone, Marcelo e Kátia da ponderação feita pelo
688 Conselheiro Rafael que à medida que se desenvolva o trabalho não se esquecendo e
689 continue a inclusão, por exemplo, da Bacia Litorânea ou a definição de outra bacia como a
690 Conselheira Kátia ponderou agora e das demais bacias que o Marcelo falou. Inclusive do
691 PGAIM que a Kátia mencionou. Só que temos uma situação: a vigorar a proposta do
692 Conselheiro Rafael pode permanecer como está e se acata esse processo para o
693 desenvolvimento dos trabalhos. Sem ser necessário pôr em votação a inclusão desses itens
694 todos. Depende da concordância dos Conselheiros. O questionamento, agora, seria com
695 relação à proposta do Conselheiro Rafael que se faça esse trabalho em crescendo, aí não
696 haveria necessidade da votação da inclusão nem do item Bacia Litorânea e nem das demais
697 bacias do Conselheiro Marcelo e nem do PGAIM da Conselheira Kátia. O Conselheiro
698 Marcelo já acatou. Fica acatado, Conselheira Simone, Conselheira Kátia também. Então
699 coloco em votação a proposta da Câmara Temática do Controle de Qualidade Ambiental:
700 priorizar o saneamento na Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, todos de acordo: APROVADO.

701 Dando sequência à Ordem do Dia, passamos ao item 4º: Apresentação e deliberação
702 de representantes para compor a Câmara Jurídica do CEMA. Passo a palavra ao Secretário
703 Executivo.

704 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Coloquei nesta pauta aqui
705 porque temos, pelo menos, três processos dentro do Conselho, represados no Conselho por
706 não termos ainda conseguido compor essa Câmara Técnica Jurídica. Temos como proposta
707 e enviado várias vezes a todos os Conselheiros um direcionamento de quem poderia
708 compor. Conseguimos chegar a quatro, são cinco membros, são cinco indicados pelos
709 membros deste Conselho que poderiam estar compondo. E dentro do Regimento Interno,
710 não sei se vocês lembram, teria que ser dois governamentais e os outros três das outras
711 áreas não governamentais. E ainda incluindo não-governamental a questão dos municípios,
712 não é não-governamental, mas dentro do Regimento Interno ele está incluído em outro
713 setor. Para conhecimento de vocês o que nós teríamos até agora é a questão da Secretaria

714 do Meio Ambiente que é importante, o Secretário indicou a Dra. Edinéia Ribeiro; depois a
715 PGE – Ana Cláudia; aí temos pelas ONGs que foi também solicitado a indicação o grupo
716 IDEA Ambiental indicou o Marcelo Schimit. Foi enviado o currículo para a Secretaria
717 Executiva e posso estar passando para vocês o currículo do Marcelo. E tem a FAEP que
718 indicou a Dra. Edivânea de Lurdes Picolo e depois você tem o quinto elemento que faltou,
719 que poderia ser: as universidades, os municípios, FETAEP e aí a questão do patronal, a
720 FAEP, e poderíamos entrar com trabalhadores. A FAEP entra no setor patronal. Ou poderia
721 ser os municípios também ou as universidades. A Secretaria Executiva foi procurada pela
722 Ordem dos Advogados do Brasil – a Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados
723 do Brasil no Estado do Paraná tentando colocar uma representação de um dos membros aí
724 dessa Comissão de Meio Ambiente da Ordem. Eles não têm assento no Conselho. O
725 Regimento Interno é claro em relação a isso: um membro indicado, um membro indica uma
726 pessoa para representar a entidade. Isso não é possível acontecer. Mas a gente teria que
727 pensar numa possibilidade, também, de se não for possível preencher como poderíamos
728 preencher com um membro da Ordem. Já que é um perfil tão específico: tem que ser um
729 advogado com inscrição na Ordem e que tenha conhecimento também. Então você tem uma
730 série de dificuldades e por isso que a Comissão mesmo nos procurou e está se colocando à
731 disposição nesse fato, mas, está fora do Regimento Interno. Está aberta a palavra.

732 O Sr. Conselheiro Paulo de Macedo (FETAEP):- Por favor, me corrijam se estiver
733 errado. Na verdade essa Comissão ela é consultiva, não é deliberativa. É isso? Todo
734 material que for produzido pelas outras Câmaras iria passar por eles para fazer uma análise
735 jurídica. Pensando nisso a FETAEP abre mão da representação dela ali dentro. Deixamos
736 para a Universidade ou então para a OAB se houve uma outra forma.

737 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Veja bem: um dos processos
738 que está represado na Secretaria Executiva é justamente uma consulta de uma troca de
739 reserva legal de um pequeno produtor. Hoje temos uma resolução nova da Secretaria, mas
740 essa Câmara Temática Jurídica iria orientar a decisão do Conselho. Não é só consultiva é,
741 realmente, orientação do Conselho frente a essas dúvidas que virão. Ela não delibera, ela
742 orienta o Conselho a tomar uma decisão. Com a palavra a Marília.

743 A Sra. Conselheira Marília Tissot (FIEP):- Castella, consulto se essa Câmara ela tem
744 suplência. Daí, a FIEP, indicaria uma pessoa da FIEP para ter essa representação. E com
745 relação a essa Câmara acho que ela é de orientação jurídica, é isso?

746 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Sim, é de orientação jurídica
747 nos processos do Conselho. O setor patronal já está representado pela FAEP. Então
748 gostaria que você indicasse pela suplência nesse processo.

749 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Acho que poderia consultar a reitoria e o
750 Reitor e poderia indicar um advogado a Universidade de Direito da Tuiuti. Não sei se
751 poderia. Temos bons nomes lá.

752 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Tenho uma sugestão que a Faculdade Tuiuti já
753 que ela veio no processo pelo pacto universitário, pelo pacto da Agenda 21, se for esse o

754 caminho que o pacto mesmo faça essa indicação então. Já que a Universidade Tuiuti foi
755 indicado pelo Pacto Universitário. Pode passar pelo Reitor, mas que o assunto seja
756 desenvolvido pelo pacto. O pacto definiria quem, por onde...

757 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Então vocês não aceitam a Tuiuti, é isso?

758 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Não por não aceitar, Conselheira. A
759 Universidade Tuiuti foi indicada pelo processo de representação no Conselho pelo Pacto da
760 Agenda 21 Universitário. Foi feito um esforço muito grande para que a Agenda 21
761 participasse e a indicação foi essa. Então nada mais justo de que o próprio pacto fazer o
762 desenvolvimento do assunto, seja com Tuiuti ou não com Tuiuti, que o pacto tenha essa
763 decisão. Seria só uma sugestão pela própria natureza da presença da Universidade.

764 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Mas estou colocando à disposição um
765 advogado da Universidade da Faculdade de Direito da Tuiuti para que venha auxiliar nos
766 trabalhos. Mas se o pacto vai escolher ou quer escolher, eu retiro.

767 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Eu não sei o que o pacto quer ou deixa de
768 querer. Só acho justo enquanto gestor desse processo que já que o pacto fez a indicação o
769 pacto faça o encaminhamento da mesma forma: ou via Tuiuti ou não.

770 A Sra. Conselheira Simone Tanus (UTP):- Então retiro a proposta.

771 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- O assunto Câmara Jurídica, você tem aí as
772 atribuições da Câmara Jurídica no Regimento? Bom, de qualquer maneira seria consultiva
773 para o enquadramento jurídico de todas as deliberações do Conselho, para orientação do
774 Conselho nas decisões de natureza jurídica e inclusive o enquadramento da normatização
775 jurídica toda dessa revisão completa. É isso Rafael?

776 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- É para análise da técnica jurídica e para a
777 questão da adequação legal se, eventualmente, não fere algum princípio das Constituições
778 Federal e Estadual ou alguma legislação eventualmente que seja incongruente. A
779 Assembleia é soberana. Nós, aqui, reunidos, sempre teremos a última palavra. Não será a
780 Câmara Jurídica que vai decidir pela gente.

781 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Ela seria orientativa para o nosso processo de
782 decisão. Temos alguma condição de deixar definido esse processo hoje? Podemos contar
783 com a Edinéia, Ana Cláudia, Marcelo, Vânia e daí uma indicação do Pacto 21? Vamos
784 deixar deliberado isso? E essas suplências, Secretário, estão válidas?

785 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- As suplências não são essas,
786 essas são meramente de exemplo. Na suplência ficaria a FIEP, o IAP, aí faltava a terceira
787 suplência. Mas falando ainda nos titulares, no 5º titular a Universidade teria que ser dentro
788 daquela que está dentro do Conselho: a Tuiuti ou a Evangélica. Uma das suas têm que ser
789 representadas aí. A UEPG ela já disse que não teria condições de participar. Então ficaria a
790 Tuiuti e a Evangélica, a Evangélica é suplente da Tuiuti. Poderíamos estar deliberando o
791 seguinte: esses quatro nomes, aí se busca esse quinto nome dentro do Pacto 21, também
792 olhando para as universidades que estão ali dentro do Conselho – Tuiuti e Evangélica. É
793 isso.

794 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Já que podemos deliberar por esses quatro
795 nomes com a indicação do Pacto 21, podemos deixar deliberado isso porque não sai da
796 Tuiuti ou Evangélica. Temos uma suplência da FIEP, uma suplência do IAP e falta um
797 terceiro suplente para cumprir o Regimento. Temos a representação de uma terceira
798 suplência entre os presentes? Pode ser das ONG's's. Já está indicado pelas ONG's's. Quem
799 poderia ser? Conselheiro Paulo, podemos considerar a FETAEP como uma suplência no
800 processo da Jurídica? Perfeito. Então a Mesa põe em votação o seguinte: uma composição
801 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Edinéia Ribeiro; da Procuradoria Geral do
802 Estado – Ana Cláudia Graff; da IDEIA Ambiental – Marcelo Schmidt; da Federação da
803 Agricultura do Estado do Paraná – Edivânea de Loures de L. Picolo; uma apresentação do
804 Pacto 21 – Universitário – Tuiuti ou Evangélica; tendo como suplentes: uma indicação da
805 FIEP, uma do IAP e uma da FETAEP. Está em votação a composição da Câmara:
806 APROVADA.

807 Com isso terminamos a Ordem do Dia e vamos aos informes e assuntos gerais.

808 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Só informar aos Srs.
809 Conselheiros que a Secretaria Executiva recebeu no dia 04 de março de 2010, um Ofício do
810 Movimento SOS Bicho que renuncia seu mandato de membro conselheiro do Conselho
811 Estadual do Meio Ambiente, a partir desta data e protocolado em 10 de março de 2010.
812 Puxando a suplência, a cadeira que vaga da SOS Bicho chamamos o Instituto de Pesquisa
813 e Conservação da Natureza – IDEIA Ambiental. Então toma assento no lugar da SOS Bicho
814 a IDEIA Ambiental até sua renovação em outubro deste ano.

815 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Seja bem-vinda a IDEIA Ambiental através do
816 Fernando.

817 O Sr. Conselheiro Fernando M. Ramos (Ideia Ambiental):- Agradeço a todos aqui e
818 espero estar presente a todas as reuniões e colaborando no que for possível e agregando
819 em todas as Câmaras Temáticas. Muito obrigado.

820 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Seja bem-vindo. Gostaríamos de dar
821 sequência à Tribuna Livre, com a palavra o Conselheiro Rafael.

822 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Na realidade essa Tribuna Livre é um
823 espaço breve. Gostaria só de renovar uma súplica que já fiz, corroborando com o
824 desprendimento que a Ivonete teve de vir até aqui e trazer o esforço que eles estão
825 sobremaneira fazendo junto ao IAP, que deixa evidente o que é. Não estão fazendo? Claro
826 que estão fazendo. Mas estão fazendo à medida das forças deles. Não é a primeira vez que
827 conclamo todo mundo – o Conselho e o Plenário aqui, envidarmos esforços para fazer
828 alguma coisa para que o nosso IAP não caia por terra. Porque o técnico ele está se
829 aposentando, infelizmente falece no exercício do seu trabalho e esse conhecimento está se
830 perdendo. Com isso o IAP está se perdendo. Sabendo que tem cargo vago dentro do IAP
831 que nunca teve concurso público. Então renovo, aqui, o referendo e parece que todos
832 defendem, é assim até uma questão de honra para mim, referendar a expedição de um
833 ofício por parte do CEMA cobrando do Chefe do Poder Executivo Estadual, a abertura de

834 concurso público para o IAP. Já que essas pessoas estão dando a sua vida pelo IAP e
835 temos urgência de que o reaparelhamento desse Instituto seja feito. Não dá mais para ficar
836 do jeito que está. Tivemos uma alteração legislativa que transformou a Suderhsa no Instituto
837 Paranaense de Águas. Parabéns, o governo agiu certo. E o nosso IAP que veio da Surhema
838 e do ITCC e nunca teve concurso público até hoje, nunca teve! Os cargos estão sendo
839 renovados na medida em que se renovam os cargos em comissão, as prefeituras
840 emprestam funcionários e por aí vai. E o conhecimento dessas pessoas que tem que ser
841 para pessoas concursadas ser passado. Onde que fica todo esse investimento que estamos
842 fazendo nessas pessoas? O que essas pessoas fazem, deixando às vezes a família em
843 casa para prestar serviço e estar em campo. Para tentar melhorar a qualidade ambiental do
844 Paraná. Acho que é hora de fazermos a nossa parte como cidadãos, fazer o nosso
845 conclamo e pedir a abertura de concurso. Se vai abrir ou não, não é problema nosso, mas
846 vamos pedir, vai sair esse Ofício da Secretaria Executiva. Se for o caso me coloco à
847 disposição para assinar se tiver algum problema e entrego pessoalmente, inclusive, para o
848 governador. E se ele tomar a providência e achar por bem abrir concurso, muito bem. Caso
849 contrário vamos ter que nos unir e tentar provocar os meios necessários. E os meios
850 necessários hoje em dia, infelizmente, não é o Poder Judiciário. Temos a imprensa. Em vez
851 de ficar noticiando a morte da Izabella, o julgamento, lamentável, não achei graça nenhuma
852 nisso, achei uma coisa de se pesar a condenação dos dois, do casal, a morte da Izabella.
853 Em vez da Imprensa se preocupar com isso, a Imprensa paranaense que se preocupe com
854 o que é nosso, com o Paraná. Se preocupe em reestruturar as instituições, a ser de verdade
855 o que se propõe a ser. Até agora como o senhor Secretário falou fez-se muita coisa em
856 relação a outros Estados, mas ainda é muito pouco.

857 É esse meu conclamo e peço a todos um referendo aqui do Plenário para que a
858 gente ponha em votação e espero que seja unanimemente votado, para pedir esse Ofício e,
859 se for o caso, dou minha cara por esse Ofício. E outro informe que gostaria de fazer sobre o
860 grupo de trabalho, temos um grupo de trabalho que ele está tentando fazer um diagnóstico
861 do Rio Iguaçu. Elegemos como primeira parte – das nascentes até Foz do Areia, que é a
862 primeira represa. Dentro desse diagnóstico que a gente espere tenha a resposta dos Planos
863 Diretores das Usinas, de todos os estudos que já foram feitos nos órgãos públicos, inclusive
864 agora com o Plano Estadual de Recursos Hídricos a gente espera que esse material venha
865 para o nosso grupo para que possamos até, inclusive, utilizar esse material na Câmara
866 Temática de Controle de Qualidade ambiental para termos um marco inicial. Não foi à toa
867 que foi colocado ali como prioridade o Alto Iguaçu. Porque a gente aproveita um trabalho
868 que já está sendo feito. É só o informe. E o Walter lembrou quando veio conversar comigo
869 se era necessário referendar o pedido de prorrogação de prazo desse grupo de trabalho.
870 Como o nosso Regimento Interno atribui à Câmara de Controle e Qualidade Ambiental essa
871 prerrogativa, foi feito pela Câmara, renovou-se o prazo e expediram-se alguns ofícios. Para
872 que todos tenham a ciência foram feitos dois ofícios: um para o IAP pedindo fotocópia dos
873 procedimentos da Licença Ambiental de todos os licenciamentos feitos pelas usinas para

874 compararmos o que tinha de condicionante com as renovações e redirecionamento de um
875 ofício para a Copel pedindo os Planos Diretores desses lagos.

876 Só para que todos saibam o que estamos fazendo na Câmara Temática de Controle
877 de Qualidade Ambiental vinculando esse grupo a ela porque era um grupo que estava
878 perdido e foi criado por uma deliberação plenária sem assim muito ir para onde, aonde vai,
879 de quem que era. A gente colocou um ponto, pontuou da onde deveria ser, a gente
880 entendeu que deveria pertencer à nossa Câmara e daí fizemos esses redirecionamentos
881 para que todos saibam e não venham ser surpreendidos. Embora sejam todos comunicados
882 das atitudes e das ações dessa Câmara. É mais a questão de um informe e agradeço a
883 atenção.

884 Gostaria que o Sr. Presidente colocasse em votação esse pedido do Ofício logo após
885 o Paulo se manifestar.

886 O Sr. Conselheiro Paulo Macedo (Fetaep):- Sobre essa questão de concursos
887 públicos tenho quase certeza que o IAP faz parte do Quadro Geral do Governo do Estado. É
888 isso? O Instituto é uma autarquia mas os funcionários fazem parte do Quadro Geral do
889 Governo do Estado. Sou funcionário da Emater/Paraná e foi feito concurso público para a
890 Emater, temos dois quadros: um quadro celetista e um quadro estatutário. E nesse concurso
891 parece que foi feito para 230 técnicos e nenhum deles hoje está dentro devido o pessoal
892 entrar dentro do quadro geral. Se não brigar para se fazer um quadro próprio, mesmo que
893 se faça concurso público esse pessoal não para dentro. O único sabe dentro da área
894 agrícola que tem um quadro próprio é o IAPAR. O resto cai tudo dentro do Quadro Geral e
895 eles pagam muito pouco e os técnicos não ficam. Não ficam de jeito nenhum. Eles entram
896 ali e a primeira oportunidade que dá eles saem. Então tem que se brigar primeiro por um
897 quadro próprio para o IAP e também para outras entidades como a Emater para que esses
898 técnicos possam permanecer dentro, se não, não ficam.

899 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Antes de colocar em votação o Ofício proposto
900 pelo Rafael gostaria de propor uma formatação de funcionamento para que não deixemos
901 essa carga aberta para o processo da Secretaria Executiva, é sobrecarga para a Secretaria
902 também. Minha sugestão é que o Conselheiro Rafael apresente uma proposta, que a
903 Secretaria faça por e-mail circular a todos, que expressem suas opiniões a respeito do
904 formato e que seja fechado o assunto. Daí despachado pela Secretaria Executiva em nome
905 do Conselho Estadual do Meio Ambiente sem a necessidade da posição de seu nome
906 pessoal: ou é uma definição de Conselho ou é uma definição pessoal. Não pode ser, via
907 Conselho, um processo pessoal.

908 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- O que coloquei foi um referendo do
909 Plenário, só isso, se a gente referenda ou não. Como vai ser dado o encaminhamento cabe
910 à Secretaria Executiva. Só quero saber se todo mundo aqui referenda o que coloquei: sendo
911 quadro próprio ou não, acho que é necessária a abertura do concurso público. E se você faz
912 um edital vinculando, faz um edital de concurso público bem feito essa pessoa vai ter que
913 prestar seu serviço onde? No IAP, ele não pode sair do quadro do IAP mesmo que não

914 tenha quadro próprio para o Quadro Geral do Estado. Gostaria dos presentes só o
915 referendo, como vai ser dado esse encaminhamento cabe à Secretaria Executiva fazer isso.

916 A Sra. Conselheira Marília Tissot (FIEP):- Gostaria de apoiar essa sugestão do
917 Rafael e inclusive tratar com prioridade essa questão. Porque na verdade temos técnicos
918 competentes dentro do IAP que estão se aposentando e precisam repassar, e tem que se
919 abrir novas vagas, essa dificuldade já vem de tempo. Com certeza tem que ter uma
920 manifestação do Conselho para que seja tratado com prioridade essa questão no governo.

921 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAP/DIRAM/DLP):- Não sou conselheira,
922 mas queria agradecer e reforçar em nome do IAP, dos técnicos do IAP. Só para fazer uma
923 colocação: o nosso Departamento de Licenciamento de Atividades Poluidoras hoje estamos
924 em, Engenheiro Químico de atividade industrial, estamos em duas técnicas: eu e a Ana
925 Cecília. Tem dois técnicos no interior, mas estão trabalhando com tudo. Hoje na Sede sou
926 eu e a Ana Cecília. Só! Só para vocês terem uma ideia: hoje estou aqui, semana passada
927 estava em Brasília vendo uma outra questão de biomassa, semana que vem não sei onde
928 vou estar. Aí estou com um monte de processos na mesa, a gente tem que atender o interior
929 também. Só agradecer e acho que não tem lugar melhor, assento melhor do que o próprio
930 Conselho para acertar isso. O último concurso que teve tem quase vinte anos e foram
931 assim: cinco técnicos e era Surhema ainda. É uma pena, a gente se esforça, esse trabalho
932 todo que a gente fez. Já fiz levantamento de carga poluidora do Estado, do Estado inteiro a
933 gente já fez, tinha um retrato do Estado inteiro. Hoje não temos mais condições de fazer
934 isso. As empresas estão fazendo e estão nos entregando, antigamente tínhamos condições
935 de fazermos isso, a gente punha técnico no campo fazendo, hoje não dá mais para fazer. O
936 pessoal pede um retrato. Por exemplo: como estão as bacias hidrográficas? Hoje a gente
937 não tem, não se consegue mais fazer isso. E aí as empresas é que nos entregam e isso que
938 coloquei, não temos o retrato fiel. Antigamente nós tínhamos e qualquer dia posso até
939 mostrar como é que era feito. Agradeço e peço força do Conselho. Obrigada.

940 O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Obrigado, Engenheira Ivonete. Então está em
941 votação a emissão do Ofício, todos estão de acordo: APROVADO. A respeito do informe
942 feito pelo Rafael também com relação ao abrigo do grupo de trabalho, existe a concordância
943 de todos? Perfeito, fica mantido.

944 Passo à Secretaria Executiva para Assuntos Gerais. (Não tem nada) Gostaria de
945 agradecer a presença de todos nesta reunião de Foz do Iguaçu. Entendemos que demos
946 um passo bastante importante na data de hoje – a aprovação dos planos de trabalho que vai
947 significar um norte, um andamento bastante efetivo para as Câmaras Temáticas e para o
948 próprio Conselho Estadual do Meio Ambiente.

949 Damos por encerrada a reunião. Muito obrigado.